

**ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS UTILIZADAS NO ENSINO
DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: A
QUESTÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA NO CURRÍCULO MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.**

Franciele Sabchuk

Mestranda do ProfHistória na UEM

francielesabchuk@hotmail.com

Introdução:

Neste artigo iremos fazer algumas reflexões sobre a proposta curricular que é utilizada atualmente no ensino de História, dos anos iniciais do fundamental I, na rede pública municipal da cidade de São José dos Pinhais (SJP), até que seja produzido um novo documento, alinhado as orientações da BNCC para substituí-lo.

No ano de 2008 após um processo de estudo, foi apresentada uma diretriz curricular para o município de São José dos Pinhais, para substituir a anterior que estava vigente desde o ano de 2004. O documento precisava “adequar-se as novas orientações e legislações que norteavam o ensino no país” (SJP, 2008, p.3).

Ao analisar o “Currículo Municipal para as Unidades da Rede Municipal de Ensino Fundamental de São José dos Pinhais (2008)” pretendemos problematizar o papel atribuído à disciplina de História, com o objetivo de delinear quais conteúdos foram apresentados como válidos ou importantes na formação da identidade dos alunos, nos anos iniciais do ensino fundamental I da rede municipal de ensino.

O conteúdo discursivo do currículo municipal será utilizado como fonte documental para compreender o que se pretendia com o ensino de História em São José dos Pinhais, no fim da década de 2000, além disso, buscar indícios de que tipo de município se desejava formar, uma vez que um currículo é uma política pública educacional, resultado de uma seleção, em um universo mais amplo de conhecimento e saberes (Silva, 2017).

A escola será entendida na perspectiva proposta por Silva (2017), um aparelho ideológico que atinge boa parte da população por um período prolongado, atuando por meio de seu currículo. Nesse sentido, pretendemos refletir sobre quais conteúdos foram apresentados como válidos ou importantes na formação da identidade nacional dos alunos, ou ainda, a que saber elaborado a escola deveria propiciar o acesso, na disciplina de História.

Pretendemos ainda problematizar a pouca importância atribuída à questão da diversidade no currículo municipal. Portanto, iremos nos aproximar das teorias do currículo, apresentadas por Tomaz Tadeu da Silva; dialogando com os Estudos Culturais e a concepção de cultura desenvolvida por Raymond Willians, uma vez que, este campo de investigação permite-nos conceber o currículo como um campo de luta em torno da significação e da identidade. Também iremos nos aproximar das reflexões propostas por Mario Carretero sobre o papel disciplinar, cognitivo e didático das disciplinas de História e Ciências Sociais na educação básica.

O “Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino: Ensino Fundamental (2008)”.

A versão do currículo municipal publicada em 2008 era intitulada “Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino: Ensino Fundamental” e tinha como objetivo substituir a versão anterior que era de 2004. Apesar de pouco tempo entre as duas versões, era necessário revisar o documento, ampliar e adequar seu conteúdo em função principalmente de uma alteração na Lei N°9397/1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação no país.

Com a publicação da Lei N° 11 274/ 2004, o ensino fundamental passou a ter nove anos de duração, objetivando assegurar para todas as crianças, um tempo maior de escolarização e mais oportunidades de aprendizagem (BRASIL, 2004). São José dos Pinhais, assim como os demais municípios teriam até o ano de 2010 para adequarem-se a mudança.

Atendendo uma demanda legal foi preciso adequar o currículo municipal, em função da nova organização do ensino fundamental e das alterações na legislação que

norteava o ensino no país. Alguns conteúdos e reflexões teriam a oportunidade de serem problematizados, no escopo do processo, como, a ampliação das reflexões de temáticas relativas à diversidade, especialmente as relações étnico-raciais, cujo debate no campo do ensino em 2008, já havia avançado significativamente. No entanto, o avanço foi tímido, a questão continuou aparecendo pontualmente em disciplinas como História, Artes e Ensino Religioso.

Mesmo tendo a oportunidade e condições de fazer alterações significativas na discussão sobre a diversidade a escolha foi manter o documento muito parecido com o que já estava em vigor, uma vez que tais alterações poderiam “mexer na organização curricular, o que significaria mexer com o poder e mexer nas estruturas de poder implicaria em mexer nos princípios de poder” (SILVA, 207, P.68).

No ano 2004 também foi publicada a Lei Municipal N°632/2004 que disciplinou a organização do Sistema Municipal de Ensino, apesar de não estabelecer nenhuma diretriz específica no que diz respeito ao currículo. No Artigo IV, regulou o caráter consultivo, deliberativo e normativo do Conselho Municipal de Educação (CME), o que garantiu a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de SJP ter um sistema próprio de ensino.

Conforme o Decreto, o CME de SJP, teria por finalidade estabelecer as políticas públicas de educação na esfera municipal, proporcionando “autonomia” para o planejamento e execução de tais ações. No entanto, cabe destacar o conteúdo do Parágrafo 16 da Lei Municipal N° 632/2004, que vinculou o CME ao gabinete do Prefeito, ou seja, a “autonomia” estava relacionada ao ideário de ensino planejado pela gestão municipal, além, das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Num cenário nacional, havia desde a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1994 a 200, uma nova estratégia política de imposição de ideias, eram as chamadas “diretrizes”. Para Ciavatta e Ramos (2012) “as diretrizes educacionais são orientações explícitas para o pensamento e para ação na escola”, não se tratava de um termo novo, a novidade durante o governo do FHC, foi apenas a forma política de sua utilização, como mecanismo para criar consenso entre escolas e professores.

Baseado nesta política de publicação de normativas, pareceres e decretos pelo Conselho Nacional de Educação, havia uma ampla distribuição de materiais de apoio didático, difundindo um ideário de ensino para o país. Para Ciavatta e Ramos (2012) este mecanismo foi instituindo de forma tão orgânica que se manteve ao longo dos governos dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Outro documento importante que orientou e norteou o currículo municipal, principalmente a matriz epistemológica e os encaminhamentos teóricos e metodológicos foi o Currículo Básico para as Escolas Públicas do Paraná (2003). Os pressupostos teóricos e metodológicos que foram utilizados como base epistemológica do documento estadual e municipal eram os pressupostos da chamada “pedagogia histórico-crítica” ou “pedagogia crítico-social dos conteúdos”, desenvolvida por Demerval Saviani.

Demerval Saviani não pretendia elaborar uma teoria curricular, mas seus estudos abordam questões que pertencem a este campo de pesquisa (SILVA, p. 63). Para Saviani, a tarefa da escola seria o de transmitir aqueles conhecimentos universais, produzidos historicamente pela humanidade, ele faz algumas críticas aos estudos que enfatizam o método e não a aquisição do conhecimento.

Na versão que estamos analisando do Currículo de SJP (2008), não temos uma narrativa que situe o leitor sobre a trajetória de produção do documento, se houveram momentos de conversas com os demais profissionais da rede ou consultas públicas, permitindo concluir que a escolha teórica foi resultado de uma discussão democrática com representantes de vários seguimentos da comunidade escolar.

Um diálogo pode ter acontecido de fato, porém não temos registros oficiais, porque o Currículo para as Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental SJP (2008) em nenhum momento faz referência a como se deu a trajetória de construção do documento.

Compreender este contexto nos auxilia a perceber como o currículo de História pode ser utilizado enquanto fonte documental para uma análise discursiva. Nesta pesquisa não iremos dialogar com outras tipologias de fontes, como a oral, entrevistando indivíduos que participaram da elaboração do currículo, pois, o que queremos é problematizar o conteúdo discursivo oficial que foi publicado, bem como,

suas omissões e silêncios, que também explicam muito sobre a importância do currículo na consolidação das políticas públicas de ensino que foram planejadas neste contexto histórico.

A seleção da fonte se amparou no entendimento de que o referido documento, escolhido para esta pesquisa histórica, não é qualquer coisa do passado, e sim, um produto da sociedade que o fabricou e segundo as relações de forças que então detinham o poder (Le Goff, 1996, p.536).

As narrativas contidas no currículo, de maneira, explícita ou implícita, corporificam noções particulares sobre o conhecimento, sobre as formas de organizar a sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas nos dizem qual conhecimento foi considerado legítimo ou ilegítimo, quais formas de conhecer seriam válidas e quais não seriam. Tais narrativas podem trazer embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e a outros, quais podem ser representados ou até mesmo excluídos de qualquer representação (SILVA, 2017, p. 190).

O currículo de História no município de São José dos Pinhais

O “Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino: Ensino Fundamental (2008)”, assim como a Diretriz Curricular do Estado do Paraná (1992), propôs para o ensino de História o uso de três eixos temáticos, “Trabalho, Sociedade e Cultura”. Os documentos pretendiam proporcionar uma abordagem mais compreensiva, reflexiva e explicativa da história¹. Tais eixos possibilitariam uma análise mais dinâmica e global da realidade social, na qual aluno e professor estivessem inseridos, podendo ser trabalhado a partir de problematizações.

Segundo Carretero (1999, p. 17) os aspectos que normalmente são considerados essenciais nos currículos seriam “como”, “o que” e a “quem ensinar”. Aspectos que por sua vez, teriam relações com questões básicas da epistemologia da História, que por sua vez, estão relacionados às características do desenvolvimento intelectual do aluno, tanto no sentido evolutivo como o cognitivo.

¹ PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo Básico para Escola Pública do Paraná**. Curitiba, 1992.

Seria importante refletir sobre o que de fato é essencial em uma disciplina escolar, especialmente para pensarmos no ensino de História para os anos iniciais da educação básica. O primeiro aspecto que será destacado é a formação acadêmica dos docentes, pois, em geral, não são licenciados em História, e sim, em Pedagogia. Um segundo aspecto que iremos destacar e esclarecer melhor, é o de que, não existe um consenso entre os pesquisadores sobre o que seja uma *disciplina escolar*, portanto iremos dialogar com a perspectiva apresentada pela fonte.

Caberia, portanto, a História, enquanto disciplina escolar, conforme orientação do currículo municipal “o estudo das ações humanas ao longo do tempo, perpassadas por múltiplas relações e significados construídos historicamente” (SJP, 2008, p. 200). Outra questão que o documento procurou salientar, diz respeito ao uso do termo dotar o aluno de espírito crítico, que “não significa impor posições ideológicas, mas capacitá-lo a discernir as várias possibilidades de interpretações” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2008, p. 200).

Segundo as orientações que constam no currículo municipal, a História precisa ser analisada como um produto da ação humana, englobando, não apenas grandes acontecimentos e personagens, mas também dimensões cotidianas das pessoas comuns, abordando e problematizando temas do dia-a-dia. Os alunos, mesmo das séries iniciais da educação básica, já possuem uma experiência de vida bastante diversificada, pois transitam por diferentes lugares e interagem com diversos grupos sociais, além de terem acesso aos meios de comunicação de massa, o que os possibilita a ter contato, desde muito cedo com muita informação.

São estas experiências e vivências que devem ser tomadas como objeto de estudo, assim, se criariam condições para que o aluno se identifique como sujeito do processo histórico, se perceba como parte de um grupo, ou de vários, possa ir constituindo a sua própria identidade (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2008, p. 201).

Nesta perspectiva, percebemos que no Currículo Municipal de São José dos Pinhais, estabeleceu-se que para as séries iniciais do ensino fundamental I, deveria prevalecer o estudo da história local, regional e do Brasil, bem como suas relações com as diferentes sociedades e culturas de outros tempos e lugares.

Tal abordagem curricular demonstrava uma preocupação em relação ao aprendizado dos processos ligados à produção do saber histórico e do sentido de estudar história. O estudo de realidades regionais também tem alcançado um papel cada vez mais importante nas aulas de História nos primeiros anos do ensino fundamental, pois, é um meio privilegiado para despertar o interesse das crianças e acessar aspectos do passado por meio do estudo da história. Além disso, é possível propor progressivamente a apreensão de alguns conceitos históricos, que ao longo da escolaridade serão ampliados e se tornarão mais complexos (ZUCCHI, 2012, p.64).

Esta escolha dos conteúdos deveria considerar as finalidades e objetivos do ensino de História, estando orientada basicamente para a formação social e intelectual do aluno. Deveria prever a construção de relações de transformação, permanência, semelhanças e diferenças entre vários espaços e temporalidades; a construção de relações históricas a partir de problematizações; e o estudo dos contextos e processos históricos contínuos e descontínuos².

Para Zucchi (2012, p.64) “por meio das interações sociais e da análise de objetos, que as crianças, aos poucos, iriam adquirindo e aprimorando habilidades ligadas a abstração, essencial para a formação de conceitos”. Alguns dos conceitos relacionados ao estudo da História envolvem a aquisição de algumas ferramentas mentais, ou seja, habilidades necessárias para pensar historicamente, alguns exemplos seriam a análise, a descrição, a comparação e a abstração.

Segundo Bittencourt (2008, p.183) “o ensino histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço, acompanhado de uma série de documentos, é preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação”. Portanto, precisamos analisar e interpretar fatos, para torná-los inteligíveis, um procedimento que exige o uso de algumas das ferramentas mentais, que os alunos deverão acumular ao longo da trajetória escolar.

Ao analisar como os conteúdos foram organizados para promover tais problematizações, a partir dos eixos temáticos, percebemos que nos anos iniciais do ensino fundamental I, no caso do município São José dos Pinhais, prevalecem temáticas mais sociais, voltadas para o presente. Essa base reflexiva é importante no que se refere

² *Ibidem, loc. cit.*

ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois permitirá, posteriormente, que eles compreendam as diferenças entre os conhecimentos sociais e históricos. Segundo Carretero (1997, p. 35), os “conceitos históricos tem por base o conhecimento de conceitos sociais, assim, os alunos de pouca idade, poderão mais tarde compreender situações mais afastadas no tempo”.

No entanto, o tipo de conhecimento da história é diferente do sociológico, e conforme o próprio Carretero (1997, p. 35) alerta, “a complexidade dos problemas sociais somente pode ser compreendida se considerarmos seu sentido histórico, porém os problemas históricos possuem identidade própria e não podem ser reduzidos a sociais”.

A proposta curricular municipal para o ensino de História procurou articular os três eixos temáticos apresentados na diretriz estadual, que foram desdobrados em subtemas e organizados em quadros de conteúdos para cada ano letivo. Enfatizou-se a importância de abordar os subtemas de forma contextualizada, não limitando cada assunto a uma série ou ano específico, se ele for pertinente em outra conjuntura.

Os eixos temáticos foram desdobrados em subtemas, portanto, o professor é que deveria estabelecer múltiplas relações tanto horizontalmente (eixos temáticos) como verticalmente (subtemas). Este procedimento privilegiaria a autonomia do docente na escolha dos conteúdos e procedimentos metodológicos, valorizando as relações e reflexões com a realidade social vivida pelo estudante pelo e professor.

Os conteúdos curriculares sugeridos para disciplina de História do município de São José dos Pinhais, de forma geral, possuem alguns avanços em relação a suas abordagens e também algumas permanências, quando comparado com a versão anterior. Pouco avança, por exemplo, quando apresenta as matrizes culturais que constituem a sociedade brasileira, de forma isolada, sem abordar as tensões e conflitos que permeiam as relações de poder entre elas. No entanto, avança propondo reflexões que tratam de questões específicas do cotidiano da mulher negra, indígena e imigrante. O documento procurou dar visibilidade para opressões que afligem mulheres em diferentes contextos.

Outra fragilidade do currículo municipal sobre a qual devemos refletir, numa perspectiva de proporcionar maior lucidez nos momentos de revisão e atualização curricular para educação na rede de ensino municipal, diz respeito à forma que as etnias

indígenas foram apresentadas genericamente nos conteúdos. Como se tivesse existido apenas uma etnia indígena, sendo que na realidade houve/há na história brasileira diversos povos e grupos étnicos. Ou ainda, reproduzindo um discurso bastante romantizado, onde tais povos ficaram cristalizados no passado, vistos eternamente como “os primeiros habitantes do Brasil”. Tal abordagem, em geral, não contextualiza a forma truculenta com que os povos indígenas foram e são tratados ao longo da história.

Identificar que alguns dos objetivos gerais que os currículos escolares devem atender fazem parte de determinados momentos históricos, como a formação da classe média pelo ensino secundário, a expansão da alfabetização pelos diferentes setores ou a formação de um espírito nacionalista patriótico, permite uma leitura com um olhar mais crítico dos documentos curriculares (Bittencourt, 2004). Fica evidente que a História, enquanto disciplina escolar nos anos iniciais da educação básica, na cidade de São José dos Pinhais, entre os anos de 2008 e 2019, era parte de uma complexa teia e desempenhava também um papel de fornecedora de conteúdos de instrução, para objetivos definidos mais amplamente, especialmente no que diz respeito à construção de uma identidade nacional partindo de uma perspectiva local.

Considerações finais

Quando pensamos no ensino de História para os anos iniciais do ensino fundamental I, enquanto disciplina escolar curricular no município de São José dos Pinhais, na atualidade, não podemos concebê-la como uma variável independente, capaz de equacionar sozinha todas as questões da aprendizagem histórica. De fato, o nacionalismo continua tendo o seu papel, mas, deve misturar-se e nivelar-se a outras demandas por sentido do tempo e identidade.

Nesta perspectiva Cerri (2004, p. 267) propôs reflexões sobre como seria possível “ensinar e aprender a amar a nação e, ao mesmo tempo, formar um cidadão crítico, questionador, portador da dúvida e da desconfiança que são elementos constituintes do senso crítico”. Para formar esse civismo, não devemos ignorar a crítica social e histórica que consolidaram o mito da democracia racial, não podemos ocultar os dramas, desonestidades e violências que permeiam os alicerces da identidade nacional.

Para Gontijo (2009, p.63) os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) apresentam a questão “da diversidade ou pluralidade como um patrimônio sociocultural brasileiro, portanto, deve ser reconhecido e valorizado, pois constituiria algo que pode ser considerado marca da identidade nacional”. O documento que foi produzido pelo então Ministério da Educação e Cultura, atribuiu às instituições escolares a apropriação e implementação de suas propostas.

Quando a pluralidade cultural foi apresentada nos PCN’s, como parte de demandas sociais e políticas contemporâneas, ao mesmo tempo em que era percebida como marca da identidade nacional, podemos considerar, que não se tratava apenas de um tema transversal, mas, de um tema que deveria fundamentar a própria afirmação de identidade coletiva e como o documento delineava os moldes da nação através das políticas públicas de ensino (GONTIJO, 2009).

Considerando a forma que o Currículo Municipal de SJP (2008) foi organizado permitindo que os conteúdos, ou seja, que os eixos temáticos e subtemas dialogassem tanto de forma vertical como horizontal, dando mais autonomia ao professor no cotidiano escolar. Não existiu uma preocupação em sinalizar e contextualizar a importância do trabalho pedagógico com conteúdos que envolvem a questão da diversidade, não tem nenhuma orientação ou direcionamento explícito para o trabalho pedagógico na perspectiva apresentada pelos PCNs, o documento nem sequer aparece como referência bibliográfica na disciplina de História.

A forma pela qual aprendemos o conteúdo da disciplina de História acaba também por constituir o que somos, já que a reflexão histórica é inerente à vida dos indivíduos. Desse modo, quando precisamos buscar outras formas de entender e praticar a seleção e organização de conteúdos, é importante ter lucidez do impacto que tal ação tem. Não é apenas uma questão de instrução para o uso de um novo método de ensino, mas o retrabalhar das identidades. Os conteúdos que constituem os currículos “não são algo que o sujeito tem e pode se livrar como uma peça de roupa, mas algo que o sujeito é, junto com a sua identidade” (CERRI, 2009).

Referências bibliográficas:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

CARRETERO M. Construir e ensinar: as Ciências Sociais e a História. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CERRI, Luís Fernando. Os objetivos do ensino de História. Revista História & Ensino, Londrina, vol. 5, 1999.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A era das diretrizes: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, jan./abril. 2012.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo Básico para Escola Pública do Paraná. Curitiba, 1992.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação – Currículo para as Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental. São José dos Pinhais. 2008

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disciplina a Organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de São José dos Pinhais. Lei Nº 632, de 29 de Outubro de 2004.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo – 3º Edição. Belo Horizonte: Autentica 2017.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019